



CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

CONTEMAX

CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA

N.º 001/2020

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES:

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo: [■].

ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

LÍNGUA PORTUGUESA – QUESTÕES 01 – 12 (02 PONTOS)

Cultura clonada e mestiçagem

Levantar hoje a questão da cultura é colocar-se em uma encruzilhada para a qual convergem, embora também se oponham, o avanço da globalização e a persistência das identidades nacionais. Mas a cultura não pode mais, presentemente, construir-se sem uma tensão constitutiva, existencial e vital entre o universal, o regional, o nacional e o comunitário.

Apesar de as culturas se manterem arraigadas em seus contextos nacionais, torna-se cada vez mais difícil acreditar que os conceitos tradicionais de identidade, povo ou nação sejam "intocáveis". De fato, jamais nossas sociedades conheceram ruptura tão generalizada com tradições centenárias. Devemos, porém, indagar se as evoluções contemporâneas, em geral apresentadas como possíveis ameaças a essas tradições, inclusive a do Estado-nação, não constituiriam terrenos férteis para a cultura, ou seja, favoráveis à coexistência das diversidades. Um duplo obstáculo seria então evitado: a coesão domesticada e a uniformização artificial.

O primeiro obstáculo advém da fundamentação do modelo hegemônico de identificação em uma cultura única, total, dominante, integrativa. Esta era percebida como algo estático e definitivo. Era brandida como uma arma, cujos efeitos só hoje avaliamos: neste século, vimos as culturas mais sofisticadas curvarem-se à barbárie; levamos muito tempo até perceber que o racismo prospera quando faz da cultura algo absoluto. Conceber a cultura como um modo de exclusão conduz inevitavelmente à exclusão da cultura. Por isso, o tema da identidade cultural, que nos acompanha desde as primeiras globalizações, é coisa do passado.

Mas a cultura não deve emancipar-se da identidade nacional deixando-se dominar pela globalização e pela privatização. As identidades pós-nacionais que estão surgindo ainda não demonstraram sua capacidade de resistir à desigualdade, à injustiça, à exclusão e à violência. Subordinar a cultura a critérios elaborados nos laboratórios da ideologia dominante, que fazem a apologia das especulações na bolsa, dos avatares da oferta e da demanda, das armadilhas da funcionalidade e da urgência, equivale a privá-la de seu indispensável oxigênio social, a substituir a tensão criativa pelo estresse do mercado. Neste sentido, dois grandes perigos nos ameaçam. O primeiro é a tendência atual a considerar a cultura um produto supérfluo, quando, na realidade, ela poderia representar para as sociedades da informação o que o conhecimento científico representou para as sociedades industriais. Frequentemente se esquece que reparar a fratura social exige que se pague a fatura cultural: o investimento cultural é também um investimento social.

O segundo perigo é o "integrismo eletrônico". Das fábricas e dos supermercados culturais emana uma cultura na qual o tecnológico tem tanta primazia que se pode considerá-la desumanizada.

Mas como "tecnologizar" a cultura reduzindo-a a um conjunto de clones culturais e pretender que ela continue a ser cultura? A cultura clonada é um produto abortado, porque, ao deixar de estabelecer vínculos, deixa de ser cultura. O vínculo é seu signo característico, sua senha de identidade. E esse vínculo é mestiçagem - portanto o oposto da clonagem. A clonagem é cópia; e a mestiçagem, ao contrário, cria um ser diferente, embora também conserve a identidade de suas origens. Em todas as partes onde se produziu, a mestiçagem manteve as filiações e forjou uma nova solidariedade que pode servir de antídoto à exclusão.

Parafraseando Malraux, eu diria que o terceiro milênio será mestiço, ou não será.

PORTELLA, Eduardo. Texto apresentado na série Conferências do Século XXI, realizada em 1999, e publicado em O Correio da Unesco, jun., 2000

QUESTÃO N.º 1: Pela leitura atenta do texto, pode-se afirmar que:

- Em seu texto, Eduardo Portella apenas expõe aspectos sobre a cultura, tendo por base dois vieses bem definidos: a cultura clonada e a mestiçagem.
- O autor do texto posiciona-se a favor da coexistência da diversidade como elemento fundamental para uma reflexão sobre a questão da cultura hoje, afirmando que isso evitaria óbices a esse tema.
- Há uma tendência natural de uma valorização do que é genuinamente nacional, já que as culturas estão enraizadas em seus contextos e não devem, de forma alguma, curvarem-se às imposições da globalização, mantendo-se intocáveis os conceitos de identidade, povo e nação.
- O autor propõe pensar a cultura como um organismo paradoxal, a partir do momento em que apresenta dois aspectos diametralmente opostos e inconciliáveis na atualidade: o clone e a mestiçagem, o que torna o problema insolúvel.
- Pode-se inferir que o aspecto da cultura clonada é positivo em tempos de globalização, pois há acesso fácil e rápido a outras civilizações; já o aspecto da mestiçagem seria um fator de enfraquecimento da cultura, pois cria um ser diferente.

QUESTÃO N.º 2: Em relação aos aspectos discursivos do texto, assinale a opção **INCORRETA**:

- Tendo em vista a situação de comunicação em que o texto acima está inserido, pode-se afirmar que sobressai, adequadamente, a variedade padrão da língua.

- b) Pelas intenções comunicativas percebidas no texto, é correto afirmar que se destaca a tipologia dissertativa-argumentativa, já que manifesta explicitamente pontos de vista do enunciador do texto a respeito de um tema.
- c) O elemento da comunicação em que o texto acima está centrado é a mensagem, pois houve uma preocupação com a forma de elaborar essa mensagem, ou seja, uma preocupação meramente estilística.
- d) Destaca-se, no texto de Eduardo Portella, o emprego da linguagem denotativa, apesar de haver em alguns momentos conotação.
- e) Foram utilizadas no texto estratégias que visam mobilizar a atenção do receptor com vistas a convencê-lo da tese do autor sobre o tema tratado.

QUESTÃO N.º 3: Levando-se em consideração a discussão proposta no texto, o último parágrafo quer dizer que:

- a) O autor não sabe se o terceiro milênio será mestiço ou não.
- b) Pode-se inferir que a única possibilidade é o terceiro milênio ser mestiço, ou não será terceiro milênio.
- c) Só foi feita uma intertextualidade com Malraux por questões estéticas, para dar um fecho interessante ao texto.
- d) Não se pode perceber um posicionamento em relação à cultura clonada ou à mestiçagem.
- e) Há uma relação semântica de alternância entre o terceiro milênio ser mestiço e não ser.

QUESTÃO N.º 4: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INADEQUADA** sobre aspectos estruturais do texto:

- a) O pronome “*qual*”, no primeiro parágrafo, recupera anaforicamente o vocábulo “*encruzilhada*”.
- b) O segundo parágrafo inicia-se com um operador argumentativo “*apesar de*” de valor concessivo.
- c) O operador argumentativo “*De fato*”, no segundo parágrafo, deixa transparecer a opinião do autor.
- d) O conectivo “*porém*”, no segundo parágrafo, apresenta valor semântico de concessão.
- e) No quinto parágrafo, o conectivo “*que*” assume valor consecutivo.

QUESTÃO N.º 5: Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta acerca de aspectos linguísticos empregados no texto:

- a) O vocábulo “*arraigadas*” (2º parágrafo) estabelece uma relação de sinonímia com o vocábulo “*extirpadas*”.
- b) Os vocábulos “*difícil*”, “*intocáveis*”, “*contemporâneas*”, “*coexistência*” e “*obstáculo*” atendem a uma mesma regra de acentuação gráfica.
- c) A expressão “*ou seja*”, no segundo parágrafo, poderia estar isolada por travessões, mantendo-se a correção gramatical, quanto à pontuação.
- d) O emprego do acento grave indicativo de crase nas duas ocorrências a seguir “*curvarem-se à barbárie*” (3º parágrafo) e “*conduz inevitavelmente à exclusão da cultura*” (3º parágrafo) se dá por regras distintas.
- e) Não há linguagem figurada em “*Era brandida como uma arma, cujos efeitos só hoje avaliamos (...)*” (3º parágrafo).

QUESTÃO N.º 6: Os itens abaixo apresentam informações corretas, com **EXCEÇÃO** da alternativa:

- a) Os verbos destacados no excerto “(...) *para a qual convergem, embora também se oponham, o avanço da globalização e a persistência das identidades nacionais.*” (1º parágrafo) poderiam estar flexionados no singular, mantendo-se a correção gramatical.
- b) O elemento destacado em “(...) *construir-se sem uma tensão constitutiva, existencial e vital entre o universal, o regional, o nacional e o comunitário.*” (1º parágrafo) deve ser classificado como um pronome apassivador em sua ocorrência textual.
- c) A oração “(...) *que nos acompanha desde as primeiras globalizações (...)*” (3º parágrafo) não poderia estar sem as vírgulas, no contexto em que se encontra, pois apresentaria grave prejuízo gramatical e semântico.
- d) O vocábulo “*Esta*” em “*Esta era percebida como algo estático e definitivo.*” (3º parágrafo) é um elemento de coesão com função catafórica.
- e) Os termos destacados nas passagens “*Mas a cultura não deve emancipar-se da identidade nacional (...)*” (4º parágrafo) e “(...) *ela poderia representar para as sociedades da informação (...)*” (4º parágrafo) constituem, em sua ocorrência textual, perífrases verbais.

QUESTÃO N.º 7: Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O vocábulo destacado em “*Devemos, porém, indagar se as evoluções contemporâneas, (...)*” (2º parágrafo) assume um papel coesivo sequencial com valor condicional.
- b) A inserção do artigo definido “*o*” depois do pronome “*cujos*” na passagem “(...) *cujos efeitos só hoje avaliamos (...)*” (3º parágrafo) implicaria grave problema gramatical.
- c) As orações destacadas nos excertos “(...) *vimos as culturas mais sofisticadas curvarem-se à barbárie (...)*” (3º parágrafo) e “(...) *perceber que o racismo prospera.*” (3º parágrafo) assumem o mesmo papel sintático.
- d) Todos os seguintes vocábulos retirados do texto “*mestiçagem*”, “*globalização*”, “*persistência*” e “*nacionais*” apresentam ditongo em sua estrutura.
- e) O vocábulo destacado na passagem “(...) *favoráveis à coexistência das diversidades.*” (2º parágrafo) está corretamente grafado da mesma forma que o vocábulo “*coerdeiro*”.

QUESTÃO N.º 8: Sobre aspectos gramaticais presentes no texto, assinale a alternativa que apresenta análise **INADEQUADA**:

- a) As três ocorrências do pronome pessoal oblíquo átono “se”, no 1º parágrafo, não admitem deslocamento de suas posições em relação aos verbos com os quais se relacionam.
- b) Mantém-se a correção gramatical e o valor semântico, caso haja substituição do conectivo destacado em “(...) **embora também se oponham** (...)” (1º parágrafo) pelo conectivo equivalente “**conquanto**”.
- c) O vocábulo “**encruzilhada**” (1º parágrafo) passou pelo processo de formação de palavras denominado parassíntese.
- d) O emprego das aspas em “**intocáveis**” (2º parágrafo) e “**tecnologizar**” (5º parágrafo) se dá por justificativas gramaticais distintas.
- e) No excerto “**A clonagem é cópia; e a mestiçagem, ao contrário, cria um ser diferente, embora também conserve a identidade de suas origens.**” (6º parágrafo) não se poderia substituir o ponto e vírgula por uma vírgula, pois tal substituição acarretaria prejuízo gramatical para o período.

QUESTÃO N.º 9: Nos excertos abaixo retirados do texto, há um vocábulo “**que**” com função textual diferente das demais; assinale a alternativa em que ele aparece:

- a) “(...) **que** os conceitos tradicionais de identidade, povo ou nação sejam “intocáveis”. (2º parágrafo)
- b) “(...) **que** o racismo prospera quando faz da cultura algo absoluto.” (3º parágrafo)
- c) “(...) **que** nos acompanha desde as primeiras globalizações, é coisa do passado.” (3º parágrafo)
- d) “(...) **que** reparar a fratura social exige (...)” (4º parágrafo)
- e) “(...) **que** se pague a fatura cultural (...)” (4º parágrafo)

QUESTÃO N.º 10: O vocábulo “**pós-nacionais**” (4º parágrafo) está correto quanto à sua grafia; o mesmo **NÃO** ocorre na opção:

- a) cavalo-vapor
- b) inter-regional
- c) arco-da-velha
- d) água-de-colônia
- e) pôr-do-sol

QUESTÃO N.º 11: Nos itens abaixo, foram destacados elementos coesivos que se referem a algum termo já expresso no texto, com **EXCEÇÃO** de:

- a) “(...) em geral apresentadas como possíveis ameaças a **essas tradições**, (...)” (2º parágrafo)
- b) “(...) **cujos** efeitos só hoje avaliamos: (...)” (3º parágrafo)
- c) “(...) **neste** século, vimos as culturas mais sofisticadas curvarem-se à barbárie; (...)” (3º parágrafo)
- d) “(...) equivale a privá-**la** de seu indispensável oxigênio social, (...)” (4º parágrafo)
- e) “(...) o **que** o conhecimento científico representou para as sociedades industriais.” (4º parágrafo)

QUESTÃO N.º 12: Todas as formas verbais destacadas nas opções abaixo estão flexionadas em tempos ou modos que são empregados discursivamente quando se quer expressar dúvida, desejo ou possibilidade; a **EXCEÇÃO** está apontada na alternativa:

- a) “é colocar-se em uma encruzilhada para a qual **convergem**, (...)” (1º parágrafo)
- b) “(...) **que** os conceitos tradicionais de identidade, povo ou nação **sejam** “intocáveis”. (2º parágrafo)
- c) “(...) não **constituiriam** terrenos férteis para a cultura, (...)” (2º parágrafo)
- d) “Um duplo obstáculo **seria** então evitado: (...)” (2º parágrafo)
- e) “(...) ela **poderia** representar para as sociedades da informação (...)” (4º parágrafo)

RACIOCÍNIO LÓGICO – QUESTÕES 13 – 16 (02 PONTOS)

QUESTÃO N.º 13: Considere a afirmação: “Estou doente e tomei remédio”. A negação dessa proposição é:

- a) Não estou doente e não tomei remédio
- b) Não estou doente e tomei remédio
- c) Não estou doente ou não tomei remédio
- d) Estou doente ou não tomei remédio
- e) Estou doente e não tomei remédio

QUESTÃO N.º 14: Com os algarismos 1, 5, 7 e 8, quantos números podemos formar não divisíveis por 5 e no máximo com quatro algarismos?

- a) 64
- b) 255
- c) 256

- d) 512
e) 1024

QUESTÃO N.º 15: Numa urna, observam-se 5 bolas brancas e 8 bolas pretas. Delas são retiradas 7 bolas ao acaso, simultaneamente. Qual a probabilidade aproximada de haver entre as bolas extraídas exatamente 3 bolas brancas?

- a) 0,1632
b) 0,3263
c) 0,3671
d) 0,4079
e) 0,4895

QUESTÃO N.º 16: Quanto vale “?” na figura abaixo?

$$\begin{aligned} \text{3 laranjas} + \text{2 abacates} + \text{1 abacaxi} &= 21 \\ \text{1 laranja} + \text{3 abacates} + \text{1 abacaxi} &= 16 \\ \text{4 laranjas} + \text{1 abacate} + \text{2 abacaxis} &= 22 \\ \text{1 laranja} \times \text{1 abacate} + \text{1 abacaxi} &= ? \end{aligned}$$

- a) 6
b) 7
c) 8
d) 9
e) 10

ATUALIDADES – QUESTÕES 17 – 20 (02 PONTOS)

QUESTÃO N.º 17: Julgue as afirmativas abaixo e marque a alternativa **incorreta** com relação à Reforma da Previdência no Brasil:

I- O Congresso vetou no final de 2019 a reforma da Previdência, após o presidente Jair Messias Bolsonaro entregar a proposta ao Legislativo fora do prazo das medidas provisórias.

II- A reforma não cria uma idade mínima de aposentadoria. Para aqueles que se enquadrarem nas regras de transição, haverá a possibilidade de aposentadoria com base apenas no tempo de contribuição.

III- A principal justificativa para a necessidade da reforma é de que existe um superávit da previdência e que, portanto, esse sistema é compatível e sustentável.

Está(ão) incorreta(s)

- a) Apenas a afirmativa I.
b) Apenas a afirmativa II.
c) Apenas as afirmativas I e II.
d) Apenas as afirmativas I e III
e) As afirmativas I, II e III.



QUESTÃO N.º 18: Sobre o aumento do desmatamento e degradação ambiental nos Estados da Região Norte brasileira, considere os itens, colocando **(V)** ou **(F)** nos parênteses se caso for **verdadeiro ou falso**, respectivamente:

(___) Em relatório emitido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, o estado de Roraima vem liderando o desmatamento na região.

(___) No último trimestre de 2019, o Brasil teve uma alta de 80% no número de queimadas. Mais de 13 mil, 40% do total, estão no estado do Mato Grosso.

(___) A degradação na região costuma ser causada pela extração de madeira ou por queimadas.

(___) A destruição da floresta não interfere diretamente nas chuvas, mas precisamente no aumento da temperatura na região, provocando a fertilidade do solo com a erosão e a inexistência de assoreamento nos rios nas bacias hidrográficas.

A sequência correta é a alternativa:

- a) V – F – V – F
- b) F – V – V – F
- c) F – F – F – F
- d) F – F – V – F
- e) F – V – V – V

QUESTÃO N.º 19: Sobre o acordo comercial dos Estados Unidos e da China, julgue as afirmativas abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**.

I- O ponto central do acordo é uma promessa da China de comprar mais US\$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral com os norte-americanos.

II- Será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para “aquisições, associações ou outras formas de investimento.

III- A China terá de permitir que empresas dos EUA possam participar da oferta de produtos destinados para seguro de vida, saúde e aposentadoria.

Está(ão) incorreta(s)

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas as afirmativas I e II.
- d) Apenas as afirmativas I e III.
- e) As afirmativas I, II e III.

QUESTÃO N.º 20: A extração de recursos minerais tem se mostrado uma das principais fontes de riqueza econômica do Brasil ao longo de sua história.

Sobre os aspectos geoeconômicos do minério na Paraíba, considere os itens, colocando **(V)** ou **(F)** nos parênteses se caso for **verdadeiro ou falso**, respectivamente.

(___) Devido à geologia do município de Pedra Lavrada-PB, o setor econômico que abarca indústrias e garimpeiros fazem dessa área um local de alta viabilidade à exploração mineral.

(___) O Estado destaca-se pela produção de minerais não metálicos, também chamados de minerais industriais. Nesta classe, destaca-se a BENTONITA.

(___) A mineração é um dos principais motores da economia do Seridó paraibano, pois o mesmo detém de um complexo mineralógico propício à exploração.

A sequência correta é a alternativa:

- a) V – V – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) V – F – V
- e) V – F – F

CONTEÚDO ESPECÍFICO AO CARGO – QUESTÕES 21 – 40 (03 PONTOS)

QUESTÕES Nº 21: Os direitos fundamentais, em seu desenvolvimento dentro da teoria constitucional, bem como permeando-se pelo ordenamento jurídico brasileiro, se demonstra em alguns aspectos, algumas dimensões. Uma dessas dimensões resulta do significado dos direitos fundamentais como princípios básicos da ordem constitucional. Esses direitos são causa e condição do Estado de Direito democrático, operando como limite do poder e como diretriz para a sua ação. São os tijolos que erguem as constituições e instituições democráticas, servindo de norte para a ação de todos os poderes constituídos. O elemento-chave dessa dimensão é que, aqui, os direitos fundamentais transcendem a perspectiva da garantia de posições individuais, para alcançar a estatura de normas que filtram os valores básicos da sociedade política, expandindo-os para todo o direito positivo, como base do ordenamento jurídico do nosso Estado Democrático de Direito.

Com base nas informações acima, de qual dimensão dos direitos fundamentais estar-se-ia falando?

- a) objetiva.
- b) subjetiva.
- c) ativa.
- d) passiva.
- e) jurisdicional.

QUESTÕES Nº 22: Se há um ponto de controvérsia, lógica e teórica, no estudo da teoria constitucional é a ideia de haver limitações ao Poder que tem a possibilidade de criar e modificar a Constituição. Como haver limitações ao exercício do Poder Constituinte Derivado de Reforma, no caso, e “condenar” as gestões futuras a viverem dentro os paradigmas das anteriores? É neste núcleo central onde orbitam as cláusulas pétreas e suas consequências à ordem jurídica brasileira. Uma série de concepções dispõem contra e a favor da possibilidade ou não de limitação do Poder Constituinte Derivado de Reforma. Como juridicamente inaceitáveis, pensadores como Loewenstein sustentam que não haveria uma diferença de substância entre o poder constituinte de reformador e o originário, sendo ambos formas de expressão da soberania do Estado e exercidos em um regime democrático, por representantes do povo, por ele eleitos. Outros entendem que as normas que impedem a revisão (aqui não no sentido estrito) de certos preceitos básicos são juridicamente vinculantes, mas não seriam elas próprias imunes a alterações e à revogação. Se forem suprimidas, num primeiro momento, abre-se o caminho para, em seguida, serem removidos os princípios petrificados. Esse procedimento ganha o nome de:

- a) birrevogação.
- b) dupla revisão.
- c) reforma constituinte
- d) despetrificação.
- e) instabilidade reformadora.

QUESTÕES Nº 23: O *habeas corpus*, a despeito de seu histórico amplo de defesas de uma série de direitos e liberdades, vem sendo tratado no Brasil de maneira mais restrita. Entende-se que, por sua natureza, cuida-se de ação sumaríssima e, por isso, não é possível, por meio da via processual estreita do *habeas corpus*, o revolvimento do conjunto fático-probatório do feito, devendo haver prova pré-constituída. Assim sendo, não sendo possível utilizar o remédio constitucional para algumas situações, essas listadas abaixo, **exceto**:

- a) examinar questão relativa à incidência de causa excludente de culpabilidade.
- b) para a análise de comprovação de indícios de autoria e materialidade do crime.
- c) para se aferir a importância ou não da prova para o caso concreto.
- d) verificar-se a decisão dos jurados é ou não manifestamente contrária à prova dos autos.
- e) o cabimento do *writ* em caráter coletivo.

QUESTÕES Nº 24: A despeito do modo de impetração, a ação popular, regulada pela Lei 4.717/1965, configura instrumento de defesa de interesse público não tendo, primariamente a defesa de posições individuais como objetivo, mesmo que, incidentalmente, resvale sobre posições subjetivas. Assim sendo, tendo por referência a lei supracitada, para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades dispostas na Lei as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas. Tais certidões e informações, deverão ser fornecidas, contados da entrega dos respectivos requerimentos, dentro de:

- a) 10 dias.
- b) 3 dias.
- c) 15 dias.
- d) 5 dias.
- e) 20 dias.

QUESTÕES Nº 25: Ainda sobre a Lei 4.717/1965, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A ação prevista na lei em referência prescreve em 10 (dez) anos.
- b) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

- c) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- d) Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.
- e) Se o valor da lesão ficar provado no curso da causa, será indicado na sentença; se depender de avaliação ou perícia, será apurado na execução.

QUESTÕES Nº 26: Considerando a temática da Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, afirma-se que não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. Todavia, o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, observado determinado prazo fixado, poderá admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades:

- a) considerando requisitos objetivos fixados.
- b) por decisão recorrível.
- c) limitado ao máximo de 02 (dois).
- d) por despacho irrecurrível.
- e) com notório saber e influência nessas áreas.

QUESTÕES Nº 27: A Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, trata dos requisitos de admissibilidade da petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade. O primeiro requisito indispensável à petição inicial é a indicação do dispositivo ou dispositivos sobre os quais versa a ação, bem como dos fundamentos jurídicos do pedido, em relação a cada um deles. Mesmo que exista tal necessidade legal, da indicação dos fundamentos jurídicos na petição inicial, o STF não fica restrito aos mesmos para a análise do tema da inconstitucionalidade, sobretudo pela relevância da temática para o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, com base na informação acima, assinale a alternativa que demonstre corretamente o princípio que prevalece no Supremo Tribunal Federal com relação a este elemento do controle abstrato de constitucionalidade?

- a) *causa petendi* ampliativa.
- b) *causa petendi* aberta.
- c) *causa petendi* dinâmica.
- d) *causa petendi* dispositiva.
- e) *causa petendi* irrestrita.

QUESTÕES Nº 28: Ainda sobre a Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias. Todavia, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado, em caso de:

- a) excepcional urgência.
- b) necessidade de verificações posteriores.
- c) clareza inquestionável do acervo probatório.
- d) requisição do Procurador-Geral da República.
- e) necessidade de prova ulterior.

QUESTÕES Nº 29: Considerando o conteúdo da Lei 9.882, de 3 de dezembro de 1999, é **incorreto** afirmar:

- a) A petição inicial da ADPF deverá conter, dentre outros elementos, obrigatoriamente a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.
- b) A petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
- c) Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.
- d) O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.
- e) Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

QUESTÕES Nº 30: Em 2015, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 86, esta que ficou conhecida como “PEC do Orçamento Impositivo”, dando nova redação ao Art. 166 da Constituição de 1988. Dentre outros pontos, diz a nova redação do parágrafo nono do Art. 166 que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada:

- a) a ações públicas em educação.
- b) a ações e serviços públicos de saúde destinadas aos municípios.
- c) a ações e serviços públicos de saúde
- d) a ações e serviços públicos de infraestrutura.
- e) a ações e serviços públicos de saúde e educação.

QUESTÕES Nº 31: O poder de polícia, dentro do estudo do Direito Administrativo, fica na titularidade entre Legislativo e Executivo, onde se tem por base o princípio da legalidade e a impossibilidade de qualquer parte do Estado não estar adstrita à Lei. Especificamente, o Poder Legislativo, no exercício do poder de polícia que incumbe ao Estado, cria, por lei, ao exercício das liberdades públicas, as:

- a) limitações universais.
- b) limitações executivas.
- c) limitações dispositivas.
- d) limitações subjetivas.
- e) limitações administrativas.

QUESTÕES Nº 32: Sobre as regras para o RDC na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, quanto ao projeto básico referido na Lei em referência, este deverá conter, no mínimo, sem frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, os elementos abaixo disponibilizados, estando **incorreto** o da alternativa:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar seus elementos constitutivos com clareza.
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de execução do projeto básico e de realização das obras e montagem a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública.
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento.
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra.
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada.

QUESTÕES Nº 33: Ainda sobre o RDC na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, é **incorreto** afirmar:

- a) O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.
- b) No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será disponibilizado na repartição pertinente da Administração Pública, mediante apresentação de CRC.
- c) O custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.
- d) É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.
- e) No julgamento pela melhor combinação de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, mediante a utilização de parâmetros objetivos obrigatoriamente inseridos no instrumento convocatório.

QUESTÕES Nº 34: Sobre o procedimento administrativo e judicial constante na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- c) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, de ofício, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- d) As ações de que trata a lei em referência admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- e) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

QUESTÕES Nº 35: Ainda sobre a temática da questão acima, com a mesma referência legal, havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a:

- a) 60 dias.
- b) 30 dias.
- c) 120 dias.
- d) 45 dias.
- e) 90 dias.

QUESTÕES Nº 36: O art. 11 da Lei 6.830/1980, a Lei de Execuções Fiscais, estabelece o rol e a ordem de penhora ou arresto de bens para fins de garantir a Execução Fiscal. Um deles, o inciso VIII, “direitos e ações”, dá uma conotação específica a um desses bens. Assinale a alternativa que, segundo a doutrina e a jurisprudência, poderia ser abarcado pelo inciso VIII do art. 11 da Lei supracitada:

- a) créditos não-específicos.
- b) bens indefinidos.
- c) imóveis.
- d) precatórios.
- e) crédito de natureza judicial.

QUESTÕES Nº 37: Considerando a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, é **correto** afirmar que licenciamento ambiental é:

- a) ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- b) procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- c) procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia, exclusivamente, a localização, instalação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- d) ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia, exclusivamente, a localização, instalação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- e) procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivamente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, causem degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

QUESTÕES Nº 38: Ainda sobre a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá determinadas etapas, sendo que algumas delas estão descritas abaixo. Assinale a alternativa que demonstre uma das descritas da maneira **incorreta**:

- a) Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida.
- b) Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade.
- c) Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias.
- d) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- e) Audiência pública, obrigatoriamente, de acordo com a regulamentação pertinente.

QUESTÕES Nº 39: Considerando o texto constitucional que define as regras para a Política Urbana, é dito que o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de:

- a) 20 mil habitantes.
- b) 25 mil habitantes.
- c) 15 mil habitantes.
- d) 5 mil habitantes.
- e) 10 mil habitantes.

QUESTÕES Nº 40: De acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização. A entidade de regulação definirá, minimamente, os elementos abaixo descritos, estando **incorreto** o que se apresenta na alternativa:

- a) as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos.
- b) as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos.
- c) a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços.
- d) os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso.
- e) o sistema contábil geral, fornecido pela municipalidade de atuação.